



**PRESIDENTE PRUDENTE  
JANE APARECIDA DE SOUZA SANTANA**

**DESAFIO DOCENTE NA INCLUSÃO DO DEFICIENTE MENTAL EM SALA  
DE AULA: PARA UTILIZAÇÃO DE UMA ABORDAGEM DIFERENCIADA.**

**SANTA MARIA , SP, BRASIL  
2007**



**PRESIDENTE PRUDENTE**  
**DESAFIO DOCENTE NA INCLUSÃO DO DEFICIENTE MENTAL EM SALA**  
**DE AULA: UTILIZANDO UMA METODOLOGIA DIFERENCIADA.**

JANE APARECIDA DE SOUZA SANTANA

Artigo Monográfico apresentado no Curso a Distância de Especialização em Educação Especial do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos.

**SANTA MARIA , SP, BRASIL**

**2007**



**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação - Especialização em Educação  
Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

**PRESIDENTE PRUDENTE**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o artigo Monográfico de Especialização.

**TITULO DO ARTIGO:** DESAFIO DOCENTE NA INCLUSÃO DO DEFICIENTE MENTAL EM SALA DE AULA: UTILIZANDO UMA METODOLOGIA DIFERENCIADA.

Elaborado por  
**JANE APARECIDA DE SOUZA SANTANA**

Como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

COMISSÃO EXAMINADORA:

---

Soraia Napoleão Freitas  
Presidente/Orientadora

---

Profª Ms.Vaneza Peranzoni

---

Profª Ms.Sabrina Fernández de Castro

**SANTA MARIA , SP, BRASIL  
2007**

**DEDICATÓRIA**

Aos meus filhos:  
Caio e Caroline como todo meu amor  
e carinho, ao esposo Eder pelo incentivo e companheirismo.

## AGRADECIMENTO

- Primeira a Deus fonte de luz e inspiração e meu porto seguro nos momentos mais difíceis.
- Aos meus pais que me ajudam me auxiliam na educação dos meus filhos que não estou presente.
- A minha orientadora Soraia Napoleão Freitas pela paciência e acreditar no meu trabalho.
- Aos professores Elisa Tomoe Moriya Schlünzen e Klaus Schlünzen Junior que muito contribuíram para a minha formação e crescimento profissional.
- Em memória da minha avó Adelina pessoa humilde e acalentadora, que Ihe Deus tenha preparado um lugar especial.
- À minha prima Elis Francielle uma pessoa "guerreira" que luta incessantemente para viver .
- Ao meu tio Valdemir deficiente auditivo, pelo entusiasmo com que enfrenta suas dificuldades.
- Aos todos meus amigos do NEC- **Núcleo de Educação Corporativa** pela amizade sincera e principalmente pela minha amiga Danielle, amiga de todas horas e momentos.



## RESUMO

Artigo de Especialização do Curso a Distância de Especialização em Educação Especial do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria Especialização, RS Brasil

**TITULO DO ARTIGO:** DESAFIO DOCENTE NA INCLUSÃO DO DEFICIENTE MENTAL EM SALA DE AULA: UTILIZANDO UMA METODOLOGIA DIFERENCIADA

**AUTORA:** Jane Aparecida De Souza Santana

**ORIENTADORA:** Prof<sup>ª</sup> Dr Soraia Napoleão Freitas

**CO-ORIENTADORA:** Prof<sup>ª</sup> Dr Elisa Tomoe Moriya Schlünzen

Nas últimas décadas, o debate acerca da inclusão das pessoas com deficiência nos espaços escolares tem se potencializado, em parte por força de legislação normatizadora, e em grande medida pelo anseio de familiares e sociedade em geral, que concebe na inserção das pessoas com deficiência na escola regular, uma maneira de ascensão familiar, social e profissional. Desta forma, a pesquisa desenvolvida tem como objetivo pesquisar qual a dificuldade que o professor enfrenta ao incluir um deficiente mental em sala de aula, utilizando uma abordagem tradicional? Neste sentido, a inclusão escolar de pessoas com deficiência torna-se um desafio para os educadores e outros profissionais envolvidos. Apesar dessa iniciativa de incluir, observa-se, que grande parte dos profissionais não se sente preparada com para tal. Entre vários motivos, o de não adotar estratégias que possam favorecer uma aprendizagem inclusiva para os alunos de forma geral principalmente os com deficiência mental. Como resultados, verificamos que o uso dessa estratégia permitiu ao aluno deficientes o desenvolvimento de competências, habilidades cognitivas, afetivas e sociais, dando-lhes condições de serem incluídos socialmente, bem como o desempenho de seu papel como qualquer cidadão.

Palavras chave: Pessoas com deficiência; Inclusão, metodologia diferenciada.



## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>06</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1. CONCEITUANDO DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2. DADOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....</b>	<b>20</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>22</b>
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....</b>	<b>23</b>
<b>4. DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>28</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>35</b>

## INTRODUÇÃO

*A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, (...) mas a aprendizagem ocorre, sempre. Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados.*

*(ABRAMOWICZ, 1997).*

Ao entrar na Universidade, no curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT – da Universidade Estadual Paulista – UNESP de Presidente Prudente, já havia em mim o desejo de estudar e conhecer mais profundamente a Educação Especial. Talvez seja por possuir em minha família pessoas com deficiência: um tio surdo e uma prima portadora de uma “doença degenerativa” que a levou a uma cadeira de rodas aos 18 de anos de idade. Ambos são pessoas de grande potencialidade, porém sofrem diante das atitudes preconceituosas existentes numa sociedade que geralmente os exclui.

Esta exclusão [das pessoas com deficiência] vem ocorrendo desde a idade média, onde os deficientes eram eliminados da sociedade. Toda essa experiência e convivência me remeteram a buscar um ambiente em que pudesse expor minha angústias e procurar alternativas, possibilidades de lidar com essas pessoas de forma inclusiva. Foi, no desenvolver de atividades com pessoas “deficientes”, que pude perceber o quanto são capazes de aprender e construir seu próprio conhecimento, cada um em seu ritmo, utilizando e constitui o conhecimento cotidiano emergentes do contexto, e retirando deles sua essência.

Num outro momento, a aluna um pouco mais confiante e se sentido mais autônoma, me disse que queria escrever um capítulo de novela. Seria um trama entre um casal de apaixonados. Seu crescimento era visível a cada dia, assim como sua autonomia, sua participação diante das situações ocorridas no ambiente, conquista de alguns laços de amizade, “comportamento” que em outros momentos era impossível acontecer.

Diante do contexto trabalhado, ela iniciou a escrita da novela chamada “Prova de Amor”, e em cada parágrafo escrito era visível aos olhos de todos a capacidade de

imaginação e escrita que aos poucos ia desenvolvendo, por ser tratar de uma pessoa com paralisia cerebral.

A conclusão que tiro dessa experiência, é que o conhecimento não foi “dado”, como ocorre ainda de forma tradicional em algumas escolas, e sim construído e produzido nas relações com meio, e nas diferentes relações que vão se estabelecendo diante do conhecimento, ou seja, garantir primeiro condições de aprendizagem ao aluno deficiente, antes de ficar pensando de quem é a culpa em inserir um aluno deficiente em sala comum.

Atuei também na Rede Municipal de Ensino de Presidente Prudente como professora estagiária, quando fora designada a mim a função de realizar trabalhos com quatro crianças com diagnóstico de Deficiência Mental e Paralisia Cerebral, atualmente incluídas em sala regular. O trabalho que deveria realizar era através do uso Computador.

Para a efetivação da pesquisa, será direcionado o foco do estudo ao aluno “G”<sup>1</sup>, que apresentava diagnóstico de Deficiência Mental severa e aspectos psicóticos herdados da mãe, com o cognitivo e coordenação motora fina significativamente prejudicado.

Com base em minhas experiências, elaborei uma proposta que dava continuidade ao projeto que realizava no grupo API, utilizando o computador apenas como uma ferramenta pedagógica de auxílio, principalmente em atividades de leitura, produções de texto e jogos interativos, visando à inclusão desse aluno, que vinha “recebendo” um ensino ministrado de forma tradicional, e que não daria conta de propiciar a ele uma aprendizagem integral.

O trabalho dava-se da seguinte forma: às cinco horas que o aluno ficava na escola era dividida entre meu acompanhamento em sala, auxiliando o professor durante a aplicação dos exercícios e o computador, e após o término das atividades, levava-o para o computador e as finalizava com a ajuda da máquina, já que “G” possuía uma grande dificuldade motora que o impedia de escrever. Neste sentido, o computador foi um grande aliado.

Para tanto, busco hoje estudar o tema em questão “Qual a dificuldade que o professor enfrenta ao incluir um deficiente mental em sala de aula, utilizando uma abordagem tradicional?”, já que a atual formação não compreende um currículo com disciplinas que abordam a inclusão dos deficientes em salas regulares, ou seja, o currículo tradicional não contemplava aspectos atinentes às pessoas que possuíssem

---

<sup>1</sup> Na pesquisa, para indicar o aluno contemplado no estudo de caso, será mencionado apenas a expressão “G”, para preservar a identidade do aluno. Todavia, possuímos orientação formal do genitor do aluno, para a realização da pesquisa.

algum tipo de dificuldade, ou seja, o currículo vislumbrava apenas o aluno ideal, aquele sujeito desejado pela sociedade visando a transmissão de conhecimentos e a homogeneização dos sujeitos.

Neste sentido, é lícito afirmar que as mudanças tecnológicas estão ocorrendo de forma rápida, inclusive no âmbito escolar. Assim, o professor tem que buscar maneiras de se adequar a elas devendo ir além dos fundamentos básicos. Contudo, o que se é apontado nos programas de Formação de Professores, entre outros temas, são as dificuldades que o professor enfrenta em sua prática docente, e a falta de preparação para utilização de uma metodologia diferenciada, adotando os recursos tecnológicos.

Para tanto, ter vivenciado tal experiência me fez acreditar que a maioria daqueles alunos poderia ser incluída em sala regular. Assim, a metodologia com o trabalho com projetos, aliada ao uso do computador, contribuiu para que o processo de desenvolvimento educacional dessas crianças conquistasse grandes avanços, mostrando-nos assim suas capacidades, desde que seu ritmo e tempo fossem respeitados, como ocorreu com esses alunos.

A educação inclusiva é hoje uma realidade em muitos países, e a cada dia ganha novos adeptos, principalmente na implementação dos princípios de inclusão na educação, que devem garantir que Pessoas com Deficiência (PD), sejam incluídas no planejamento educacional. Diante dessa realidade, faz-se necessário pesquisar e realizar um estudo mais aprofundado para compreendermos o percurso histórico da inclusão de PD no Brasil.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*"A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro traduz-se no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade." (MEC/SEESP,2001).*

É evidente afirmar que a escola se caracterizou historicamente a partir uma visão elitista, onde poucos tinham privilégios de pertencer a ela. Tais práticas educacionais legitimaram o paradoxo da "exclusão" (excluir quaisquer grupos considerados fora dos padrões homogeneizados da escola). Foi nesse contexto que o movimento em prol da educação das pessoas com deficiência, inspirado na visão dos direitos humanos e fundamentado no reconhecimento da diferenças, se fez presente em vários documentos normatizadores, tais como: Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Constituição, Legislações, Declarações, Decretos, Portarias, etc.

Neste sentido, farei um recorte contextual referente à área pertencente à Educação Especial que trata especificamente da "Deficiência Mental", que dentro dessa mesma área sofre com os estigmas imposto que tende a aumentar devido ao aparecimento de diversas terminologias e interpretações equivocadas, entendendo-se que alunos com atraso cognitivo em relação idade/série, até pouco tempo atrás, eram considerados deficientes mentais treináveis.

Para que possamos compreender o percurso das pessoas com deficiência mental, será necessário um resgate histórico sobre como se constituiu a educação especial e seus entraves até os dias atuais. Assim, podemos destacar como um dos marcos no avanço da inclusão educacional, a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, celebrada na Guatemala em maio de 1999, da qual o Brasil é signatário. A importância dessa legislação consiste no fato de explicitar a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência, definindo, no art. 1º, nº 2-a, discriminação como:

(...) toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas

portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. MEC, 2004)

Neste sentido, as convenções internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), Declaração de Jomtien (1990), Convenção da Guatemala(1999) a Lei de Diretrizes e Bases na Educação – 9394/96 (LDBEN), preconizam que “a educação é um direito fundamental de todos, independente de raça, sexo e etnia. Cabe às pessoas com deficiência os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas, inclusive o de não ser submetido a discriminação com base em sua deficiências, mas para tanto, necessitam ser tratados com dignidade e igualdade.

No entanto, as premissas defendidas acima se tornam contraditórias, já que durante muito tempo o tratamento destinado aos “Alunos com Necessidades Especiais”, hoje denominados “Pessoas com Deficiência”, possuía como único objetivo sua adaptação, numa tentativa clara de “normalização da deficiência”, num completo descuido para com a singularidade e complexidade do processo de construção de conhecimento.

Diante desse enfoque, podemos afirmar que nunca houve, anteriormente, uma política clara de direcionamento do atendimento aos alunos com deficiência (especialmente deficiência mental) no sistema público de ensino. Aos alunos com deficiência mental restava somente o ensino institucional clínico, uma vez que eram visto dentro de um quadro psicopatológico, psicose e neurose.

Entretanto, para determinados alunos, esse direito tem sido sistematicamente negado. São alunos que, por terem uma maneira peculiar de lidar com o saber, ou por apresentarem condições diferenciadas de comunicação e sinalização, colocam em xeque os referenciais aprioristas e empiristas que tem alimentado a docência. (MEC/SEESP , 2005).

Assim, a evolução da “concepção” que muda a faceta da política de integração para a política de inclusão, reposiciona a educação especial no âmbito da política educacional brasileira, por que a define como uma modalidade transversal que realiza o atendimento educacional especializado de apoio complementar e suplementar ao processo de escolarização. (MEC/SEESP, 2007)

Vale salientar que a história da chamada “Educação Especial” no Brasil passou por quatro fases<sup>2</sup>: A primeira chamada de exclusão, pois as crianças nascidas com algum tipo de deficiência eram consideradas inválidas e indignas de educação escolar, condenadas

---

<sup>2</sup> TONINI, Andréia: O percurso histórico da Educação Especial no Brasil. Encontrado no site: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2005/02/a6.htm>

a morte, e à própria sorte. A Segunda fase é chamada de segregação, iniciada a partir do atendimento às pessoas deficientes dentro de instituições (ex.: Escola Pestalozzi e o Instituto para surdos em São Paulo, nas décadas de 50 e 60, e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - a primeira instituição destinada ao atendimento do deficiente mental) que propiciavam alfabetização baseados no controle e assistência, que concebiam os “deficientes” como indivíduos com pouco potencial econômico para atender as exigências da sociedade vigente. Nesse sentido, Beyer (2006) problematiza o efeito de ambientes segregadores para a socialização e desenvolvimento cognitivo desses sujeitos, esclarecendo que:

A grande dificuldade que encontramos nas escolas especiais deve-se à limitação no horizonte social das crianças com necessidades especiais. Enquanto estas precisariam da convivência com crianças com condições cognitivas e sócio-afetivas diferenciadas das suas, vêem-se, através das situações pedagógicas e sociais correspondentes, atreladas a um modelo limitado de interação. (BEYER, 2006, p 20)

Já na década de 70, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), primeiro órgão responsável pelo gerenciamento da educação especial no Brasil sob o discurso interacionista (terceira fase), que tinha o objetivo de integrar crianças e adolescentes deficientes nas classes comuns, desde que conseguissem adaptar-se, portanto, sem modificação no sistema. Nesse momento, pensava-se que a integração e a comunicação facilitariam o desenvolvimento do educando, inserindo-o no sistema de ensino. Desta forma, os alunos regulares aprenderiam a respeitar as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares.

A quarta fase, que surgiu na metade da década de 80, em meio aos avanços tecnológicos, da medicina, e principalmente com a criação da via eletrônica como meio de comunicação em tempo real, e o desenvolvimento do novo conhecimento na área da educação marcados pelo advento dos novos teóricos da área da psicologia, vieram determinar novas transformações sociais na área da educação, e pela reivindicação das famílias das pessoas com deficiência e por elas próprias.

Todas essas mudanças refletiram nos anos 90, na elaboração da Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20/12/96, capítulo V, trazendo uma nova roupagem para um antigo debate. A ênfase passou a ser a inclusão de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNE's), e a idéia fundamental desta fase é a de

adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos. A inclusão propõe um único sistema educacional de qualidade para todos, com ou sem deficiência. Cabe à sociedade e às escolas comuns modificarem seu paradigma educacional bem como suas estruturas físicas, programáticas a fim de que se tornem mais adequadas às necessidades de seu alunado.

Sasaki (1999) salienta ainda que:

... que a Educação Inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível, preparando-as para propiciar um estudo de qualidade para todos, independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns e especiais. Assim, a inclusão escolar acarreta mudanças, tornando a escola regular/comum adaptada a acolher todos os alunos, incondicionalmente, a fim de propiciar-lhes uma educação de qualidade.

Complementando esta idéia, Mantoan (1997) ressalta que a noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. Assim, o termo integração não é adequado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém fora do ensino regular, pois a educação é um direito de todos, entre eles, os com deficiência.

Neste sentido, os mecanismos educacionais e os dispositivos legais, juntamente com a Constituição Brasileira, propagaram o lema da inclusão, que assegurava a todas as crianças com deficiência, igualdade de condições e acesso na escola comum, pois não poderiam negar o acesso dos mesmos a escola, já que ele seria responsável pela universalização do saber e peça fundamental desse quebra-cabeça, com objetivo de valorizar as diferenças em todos os níveis de ensino, considerando o que há de particular em cada ser humano. Assim sendo, o ambiente ideal para que a mudança aconteça e se possibilite a interação da criança com o meio social é a escola.

Assim em decorrência desse processo de inclusão, várias crianças e adolescentes com deficiência já foram incluídos na rede regular de ensino, passando a freqüentar salas de aula junto com os alunos “normais”. Nesse sentido, tenho o anseio de buscar maiores conhecimentos relacionados ao processo de inclusão, destacando os percalços transcorridos e impostos às pessoas com deficiência mental.

A deficiência mental constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do Atendimento Educacional

Especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo. (Dutra, 2007 ).

Embora os documentos oficiais identificassem, no final da década de 90, a preocupação com o sucesso do aluno com deficiência mental na escola, alertava-se para fatores, como:

- ambiente escolar, acesso ao currículo, organização e adaptação do currículo;
- condições pessoais e condições escolares (interação aluno x ambiente);
- oportunidades para que o aluno avance nos níveis mais elevados de ensino;
- avaliação realista e competente dos alunos que apresentarem um quadro mais grave, no sentido de adequar a oferta educacional e o apoio que o aluno necessita (BRASIL, 1997, p. 36 e 37). A atenção ainda era focada nos “graus de deficiência que a pessoa representava”, impedindo que o aluno com deficiência mental fosse visto em suas especificidades. Para que a almejada inclusão se efetive de fato, ela não deve ocorrer apenas no âmbito escolar, mas também na sociedade em geral, inclusive do aluno com deficiência mental.

## 1.1. CONCEITUANDO A DEFICIÊNCIA

Os professores que atuam na educação especial vivem constantes dificuldades e desafios, precisando estar preparados para lidar com as diferenças, entendendo as peculiaridades de cada ser e a complexidade que envolve cada indivíduo. Para desenvolver um trabalho mais digno com cada um deles, é necessário propiciar um ambiente que possibilite a interação do aluno com o meio social, de forma que ele possa evidenciar todas as suas potencialidades.

Diante deste cenário, seria indispensável realizar um estudo sobre o conceito de deficiente mental, os diferentes tipos de terminologias utilizadas referentes à categoria “deficiente mental” ou “doença mental” algumas já consideradas obsoletas por alguns teóricos da educação especial. O uso incorreto da terminologia adequada pode influenciar ainda mais o preconceito, pois são carregados de estigmas e acabam influenciando negativamente nas práticas atuais de inclusão.

Neste sentido, o termo deficiente mental é definido por ASSUMPÇÃO 2004, como: “A deficiência Mental refere-se a um funcionamento intelectual geral significativamente inferior à média, surgido durante o período de desenvolvimento que se refere como sensivelmente inferior á média”.

Assim sendo, outras significações foram apontadas como a da Organização Mundial de Saúde - OMS (1980), e do próprio CID 10 (Código Internacional de Doenças, desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde), ao especificar o Retardo Mental (F70-79) propõe uma definição ainda baseada no coeficiente de inteligência e com caráter puramente clínico. Encontramos as mesmas intenções na leitura da Constituição Brasileira, que também define deficiência mental em seu artigo 1º [...] “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Essa definição ratifica a deficiência como uma situação.

Todavia, percebemos que entre as deficiências existentes, aquelas pessoas que possuem transtornos mentais são as menos incluídas, essa privação pode agravar ainda mais a situação do deficiente, uma vez que é através da inter-relação com meio e o contato com as experiências que auxiliaram o desenvolvimento global da pessoa. Para

tanto, o manual de transtornos mentais<sup>3</sup> também classifica as características e o déficit cognitivo em níveis/ graus, como **leve**( educáveis cerca de 85% QI 50-55), **moderado**(treinável 10% QI 35-40 a 50-55), **grave** (3% e 4% QI 20-25 a 35-40 desenvolvimento motor pobre e linguagem escassa), **profundo** (1% e 2% QI abaixo de 20 ou 25 deficiente mental ). Esse tipo de classificação é utilizado também na escola para saber o quanto a criança poder aprender, e em sua maioria são avaliadas pela quantidade de QI que possui e não pela sua condição. Também inclui vários outros sintomas de manifestações dessa deficiência como: a [...] “dificuldade do aprendizado e comprometimento do comportamento”, o que coincide com outros diagnósticos e de áreas diferentes.”

Afirma Dutra em seu livro, que;

A dificuldade de diagnosticar a deficiência mental tem levado a uma série de revisões do seu conceito. A medida do coeficiente de inteligência (QI), por exemplo, foi utilizada durante muitos anos como parâmetro de definição dos casos. O próprio CID 10 (Código Internacional de Doenças, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde) (Dutra, 2007)

O teórico também enfatiza que não se tem um conceito fechado sobre a deficiência mental; assim o :

O diagnóstico da deficiência mental não se esclarece por supostas categorias e tipos de inteligência. Teorias psicológicas desenvolvimentistas, como as de caráter sociológicas, antropológicas têm posições assumidas diante da deficiência mental, mas ainda assim não se conseguiu fechar um conceito único que dê conta dessa intrincada condição. (Dutra, 2007, p. 14)

Assim, a deficiência mental é citada por vários autores na tentativa de explicar tal fenômeno. Na visão de Thomas Willis<sup>4</sup>, ao estudar essa patologia atribui-lhe uma “explicação organicista”, já Francesco Torti<sup>5</sup> faz explicações a partir de “fatores

<sup>3</sup> **CID**: Manual de Transtornos Mentais, acessado no site [www.jornaldomedico.hpg.ig.com.br/livro\\_diagnostico.htm](http://www.jornaldomedico.hpg.ig.com.br/livro_diagnostico.htm) acessado no dia 28 de novembro de 2007.

<sup>4</sup> Thomas Willis (1621-1675) site: <http://www.historiadelamedicina.org/willis.htm>

<sup>5</sup> TORTI Francesco, encontrado no site: [http://it.wikipedia.org/wiki/Francesco\\_Torti](http://it.wikipedia.org/wiki/Francesco_Torti)

ambientais” (mudar o clima para atender o idiota ou imbecil). Encontramos em John Locke<sup>6</sup> o elaborador da “tabula rasa”, que entende a mente como um página em branco, que a aprendizagem se dá através das “experiências sensoriais e individuais”. Jean Marc Itard (in: BANKS-LEITE 2000), outro estudioso e pesquisador Francês, que se destacou pelas descobertas no campo da fala e audição/surdo-mudo, tendo iniciado sua experiência e estudos com o menino Selvagem de Aveyron, formulou sua opinião sobre educação do deficiente mental, onde concordava com a idéia de que deficiência era vista como “carência de experiências sensoriais” e falta de exercício intelectual devido ao seu isolamento. BANKS, 2000. Vale ressaltar ainda que a educação do deficiente mental partiu da iniciativa de alguns médicos como Decroly, Montessori, entre outros, inspirados no pioneirismo de Jean Marc Itard. (Januzzi, 2004, p.157).

No período que compreende a fase chamada segregação, todas as crianças que possuíssem um diagnóstico de deficiente mental deveriam ser internados em hospícios, ficando isoladas de qualquer oportunidade de ensino. Os resultados do trabalho desenvolvido por Itard, deram início a uma mudança na concepção da deficiência mental: de um lado o movimento que defendia a educação especial, do outro, teóricos que defendia a psiquiatrização.

Para melhor elucidar o trecho acima, busquei em Dutra, 2007, p.14, tal explicação:

Além de todos esses conceitos, que em muitos casos são antagônicos, existe a dificuldade de se estabelecer um diagnóstico diferencial entre o que seja *doença mental* (que engloba diagnósticos de psicose e psicose precoce) e *deficiência mental*, principalmente no caso de crianças pequenas em idade escolar. (Dutra, 2007, p.14)

Esquirol (1772-1840), definiu a deficiência mental não como uma doença, e sim uma “privação das faculdades intelectuais”, e seu desenvolvimento suficiente para receber uma educação sem ser especial. Tal afirmação começa a enfraquecer o paradigma clínico terapêutico como única opção de tratamento.

Morel (1809 – 1873), um outro estudioso ligado à área, retoma a visão utilizada a tempos atrás, que via o deficiente mental como ameaça à sociedade, como se alguém pudesse ser contagiado, ou seja, a deficiência funde-se em fatalidades genéticas ou algo que poderia ser transmitido e sem cura.

Alfred Binnet (ano e página), faz algumas considerações acerca da concepção do deficiente mental. Para ele, a questão da condição do deficiente mental “vai além do

---

<sup>6</sup> LOCKE John, viste o site: <http://www.cobra.pages.nom.br/fmp-locke.html>

domínio da medicina”, passando também a ser de domínio da psicologia, que iria propor um novo caminho e uma nova alternativa ao comportamento dos deficientes mentais, trocando seus asilos e hospícios por escola especial comum. Isto acarretou a criação das primeiras instituições, como escolas especiais e classes especiais em escolas públicas.

Para “fechar” o rol dos pesquisadores da área, apontados neste estudo, não poderia deixar de citar Vygotsky, que é um teórico significativo para a compreensão dos trabalhos com Educação Especial.

Vygotsky (1991) concebe o homem como social e historicamente construído, ou seja, à criança participa ativamente da construção de sua própria cultura e de sua história, modificando-as e provocando transformações nos demais sujeitos que interagem com ela. Ele também atribui ao meio um papel fundamental no desenvolvimento do ser humano, em que a aprendizagem aliada ao meio favorece o desenvolvimento das funções mentais.

Assim, podemos observar que o desenvolvimento das crianças que possuem déficit cognitivo dá-se da mesma forma que o desenvolvimento das crianças que não possuem tal limitação, talvez em tempos e níveis diferentes.

Contudo, algumas teorias contribuíram de certa forma para o avanço e modificações na concepção acerca da deficiência mental, bem como na formalização da educação especial, desconsiderando o paradigma médico terapêutico. Assim, o deficiente mental passa a ser considerado como um ser humano capaz de executar qualquer tipo de tarefa, e a aprender, de acordo com suas limitações.

Como já foi mencionado acima, segundo o autor, o meio desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do aluno com D M, não menosprezando o papel do profissional da educação, que desempenha função essencial na construção das competências e da aprendizagem do aluno, que é o objetivo primeiro da Escola.

Nesse sentido, a atitude do educador frente ao processo de aprendizagem é determinante para uma prática reflexiva, que induz mudanças; mudanças que se dão a partir da necessidade de flexibilização da prática. Destarte, cabe ressaltar a importância de uma metodologia que possibilite aos alunos “normais” e “deficientes” a construção de seu próprio conhecimento.

Sob esse prisma, cabe ao professor distinguir de forma correta os “conceitos educacionais” sobre os tipos de deficiência e como eles se constituem, através de um diagnóstico diferencial. Tal procedimento pode se tornar imprescindível no auxílio ao professor, para não confundir problemas de ensino e aprendizagem com as deficiências, ou seja, buscar conhecer mais sobre os problemas acometidos pelas pessoas, como os

transtornos mentais, de forma que compreenda que o alunado possui maneira própria de lidar com o saber. Essa compreensão é o início para a promoção da educação inclusiva.

As práticas discutidas pela política nacional de inclusão parecem caminhar neste sentido, visando o desenvolvimento de uma consciência educacional, no sentido de contribuir com a efetivação de uma prática pedagógica capaz de promover a adaptação do ser humano, e que ele possa fazer parte da diversidade. Porém, as práticas existentes ainda deixam lacunas nos pensamentos dos educadores, pois lidar com o “diferente” provoca medo e insegurança, e o professor ao se constituir como docente, talvez nunca tenha se concebido como professor de alunos com deficiência, ou seja, a formação docente sempre idealizou o aluno homogêneo. ( Bueno ,1994. p. 35-49)

Este cenário é comum nas escolas da rede de ensino. Mesmo quando o ensino conta com o apoio de profissionais especializados, é ainda provável que os alunos com algum tipo de deficiência fiquem em sala de aula, mas excluídos do processo pedagógico necessários.

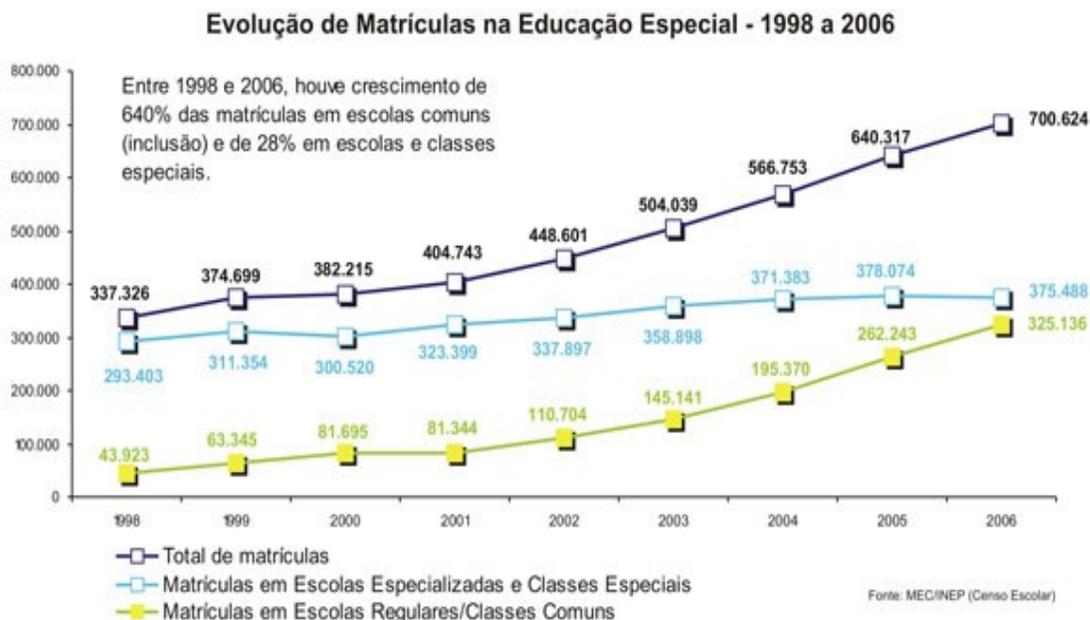
## **1.2. DADOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:**

“No Brasil, cerca de 25 milhões de brasileiros apresentam algum tipo de deficiência, segundo dados do Censo do IBGE de 2000”

A organização Mundial de Saúde estima que aproximadamente 10% da população mundial possui alguma deficiência. Pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constantes no Censo Demográfico 2000, apontam que numa amostra da população brasileira, ou seja 24.600.256 de pessoas, 14,4% possui algum tipo de deficiência: auditiva, visual, física e mental como exemplos. Indicadores obtidos na pesquisa, também confirmam que nas últimas décadas o número de matrículas na rede pública tiveram um grande aumento.

Assim, os dados do Censo Escolar registram em 1998, 337.326 matrículas, enquanto no ano de 2006 esse número chegou a 700.624, expressando um crescimento de 107% nas matrículas. O número de alunos incluídos em classes comuns do ensino

regular cresceu 640%, passando de 43.923 alunos em 1998, para 325.316 em 2006, conforme gráfico a seguir:



Dados estatístico encontrado no site: [www.ibge.gov.br/censo](http://www.ibge.gov.br/censo)

Portanto, houve um crescimento de 640% nas matrículas de alunos com deficiência em escolas comuns, e em contra-partida, houve uma redução de matrículas de 28% em escolas especiais, indicando significativo declínio desse tipo de ensino. A expansão do ensino inclusivo se reflete no ensino infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação de jovens e adultos, na educação profissional e nos cursos técnicos.

## **2. Objetivos**

### **2.1 Objetivo Geral**

Analisar como está ocorrendo a inclusão do Deficiente mental em uma escola municipal da rede regular de ensino de Presidente Prudente/SP, buscando definir princípios norteadores, metodológicos e recursos para torná-la uma escola inclusiva.

### **2.2. Objetivos Específicos**

- Verificar se a escola pesquisada contempla em seus documentos os direitos do Deficiente mental em relação à igualdade de oportunidade, tratamento e aprendizado;
- Investigar se há resistência por parte dos alunos e/ou seus familiares, professores, direção ou funcionários para a concretização da inclusão;
- Analisar o desenvolvimento intelectual, cognitivo emocional e social dos DM incluídos na instituição educacional pesquisada;

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa proposta teve como premissa o levantamento bibliográfico sobre a inclusão das pessoas com deficiência, principalmente os DM's, no espaço escolar. Lakatos (1991, p. 174) entende ser “o levantamento de dados, o primeiro passo de qualquer pesquisa científica”. Segundo reflexões de Lakatos (1991, p. 158) a pesquisa bibliográfica se consiste em “... um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema”.

Desta forma, com o levantamento bibliográfico proposto, pretende-se trazer à luz informações que auxiliem na elucidação de como vem se processando a inclusão dos DM's, no ensino regular.

Um importante viés metodológico a ser contemplado neste trabalho, é o Estudo de Caso, pois se quer obter respostas de um caso específico. Segundo Goode e Hatt (1968 apud LUDKE, 1986) o estudo de caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo. O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. Quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso.

#### 3.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a realização desse estudo de caso, foi necessária a seleção de uma criança do sexo masculino de oito anos, com diagnóstico de deficiência mental, matriculado no ensino regular na unidade escolar na qual se desvelaria a pesquisa.

A “seleção” da criança ficou mais fácil, por se tratar de um aluno que se encontrava matriculado no ensino regular onde a pesquisadora trabalha como professora estagiária. Com a autorização prévia da coordenadora e diretora da unidade escolar, foi marcada uma reunião, onde apresentei a ambas os objetivos da pesquisa, solicitando também a colaboração da professora itinerante, que possuía informações concernentes à patologia do aluno.

Para se alcançar os objetivos específicos da pesquisa, utilizamos os procedimentos metodológicos a seguir descritos: para o desenvolvimento da pesquisa, realizei um estudo de caso colaborativo qualitativo. Segundo Lüdke e André, (1996) esse tipo de pesquisa se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma completa e contextualizada, obrigando o pesquisador a ter contato direto e prolongado com este ambiente, e a situação a ser investigada e envolve a obtenção de dados descritivos por meio deste contato direto.

Com base nestes pressupostos, pude recorrer a uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, dos quais destaco: observação e acompanhamento semanal em sala; entrevistas e questionários (com professores, pais, coordenadores, alunos da sala... que tem uma relação direta com os alunos especiais que freqüentam a sala de aula regular) buscando obter o máximo de informações possíveis; diálogos com professores e demais agentes escolares; análise do projeto pedagógico da escola; participação dos alunos em atividades escolares curriculares e extracurriculares.

Após o estudo das teorias relacionadas ao tema abordado, e o levantamento de dados ao longo do desenvolvimento das atividades em uma sala selecionada, efetivou-se a elaboração de registros, por meio de anotações, em linhas gerais, no que concerne ao comportamento do DM, bem como ao ambiente físico e social. Naquele processo, procurei preservar os dados de forma fiel, possibilitando um maior detalhamento e precisão da unidade descrita.

No desenvolvimento da pesquisa, durante observação em sala de aula, utilizou-se materiais pedagógicos variados como: alfabeto móvel, fita de vídeo, giz de cera, lápis de cor, tintas, pincéis, variedades de papéis, jogos e alguns softwares interativos, de acordo com as necessidades e interesses dos alunos. Naquele processo, os computadores disponíveis na escola se consistiram em ferramentas potencializadoras, proporcionando aos alunos expressar e demonstrar suas diferentes habilidades, independentes de suas dificuldades.

Neste sentido, a pesquisa foi realizada numa escola de ensino fundamental do município de Presidente Prudente. Segundo a coordenação do município, essa unidade atualmente vem recebendo um número expressivo de crianças com deficiência.

Para receber tais alunos, a instituição de ensino necessitou realizar algumas adequações, claro que mínimas diante das necessidades existentes, pois trata-se de um bairro com elevado índice de crianças com graves problemas de abandono, pobreza e violência.

Após a escolha do universo da pesquisa e objeto de investigação, iniciei minhas observações, que eram realizadas em horário diferenciado ao de trabalho. A pesquisa ocorreu durante o ano de 2006 a maio de 2007. Num primeiro momento, procurando atender o primeiro item dos meus objetivos específicos, tive acesso aos documentos importantes que regem as ações de uma escola, como: Plano de Ensino e Projeto Político Pedagógicos - PPP. A minha intenção com essa investigação era o de verificar quais documentos correspondiam à necessidade de formação do sujeito, mediante desenvolvimento de capacidades relevantes para sua atuação na sociedade.

Um PPP com o papel de articular as intenções, prioridades, atividades e ações dos atores educativos (professores, alunos, funcionários, comunidade e gestores), abarca uma proposta conjunta de trabalho, que visa o engajamento do segmento docente, discente e administrativo, a eficiência do processo e a qualidade da formação plena do aluno em termos científico-culturais, profissionais e de cidadania. Assim, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) dessa unidade foi concebido e elaborado a partir da compilação do conjunto de leitura crítica de documentos e informações sobre as mudanças das leis, diretrizes que norteiam os princípios teóricos e metodológicos da prática educativa inclusiva e da reflexão sobre a formação e o fazer do pedagógico, considerando o seu compromisso social, e as praticas inclusivistas sem perder de vista a conjuntura contemporânea.

Diante desse cenário, a unidade buscou construir um texto/documento embasado em várias leis que fomentam e garantam o acesso do aluno deficiente na rede regular de ensino, leis com: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), e a Declaração de Salamanca, que proclama entre outros princípios, o direito de educação a todos, independentemente de suas características individuais. A Declaração de Salamanca preconiza ainda que torna-se fundamental haver nas escolas uma sensibilização de toda a comunidade escolar, a fim de que atitudes preconceituosas sejam extintas dando espaço para práticas inclusivas.

Destaca-se ainda no conjunto, a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtiem (Tailândia, 1999), ao mostrar consonância com os postulados produzidos na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, regulamentassem e oportunizasse direito ao deficiente de freqüentar a sala regular assim para estudantes com necessidades especiais fosse incluídos nas escolas regulares da Rede, era preciso criar adequação aos prédios, eliminando as barreiras

arquitetônicas para o acesso de alunos cadeirantes e com dificuldades de locomoção, adaptando banheiros, entre outros equipamentos.

O PPP refere-se também aos recursos que podem ser aplicados na adaptação de escolas, capacitação de professores, aquisição de equipamentos para as escolas e compra ou confecção de material didático, a visita do professor itinerante.

Para tanto, o PPP daquela unidade possui um projeto bem elaborado, mas perde em sua aplicação, pois requer um conjunto de ações e mecanismos para que a inclusão se efetive de fato.

Um item a ser respondido e investigado durante a pesquisa, era a questão da resistência por parte dos alunos e/ou seus familiares, professores, direção ou funcionários para a concretização da inclusão. Para isso contei com auxílio da coordenadora, que me cedeu um dia de reunião pedagógica que reúne toda equipe escolar. Após longo debate sobre o tema “Incluir na diversidade”, apliquei um questionário com algumas questões ao grupo. De acordo com Marconi e Lakatos (2001) o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal.

Nos encontros seguintes, optou-se por usar o processo da observação direta, através da técnica de observação participante.

De acordo com Ludke (1986), a observação direta permite também que o observador chegue mais perto da “perspectiva dos sujeitos”, um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às próprias ações.

Além disso, as técnicas de observação são extremamente úteis para “descobrir” aspectos novos de um problema. Isto se torna crucial nas situações em que não existe uma base teórica sólida que oriente a coleta de dados.

Segundo Denzin (1978 apud LUDKE, 1986), a observação participante é “uma estratégia de campo que combina simultaneamente a análise documental, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação direta e a introspecção” (p. 183). Desse modo, as observações em sala de aula foram seguindo, onde a pesquisadora o acompanhava em sala, auxiliando em suas atividades. Sua permanência diária na escola era dividida entre algumas horas em sala, e o restante de seu tempo ficava

com a pesquisadora, desenvolvendo atividades no computador. Esse recurso era utilizado entre outras atividades para registrar suas lições.

“o uso do computador no ensino, concluímos que a tecnologia pode favorecer o processo educacional para promover a inclusão de pessoas deficientes. Além disso, para a PDF, a tecnologia é um recurso que permite a sua comunicação com a sociedade, a produção individual e coletiva, favorecendo o processo avaliativo e de diagnóstico, uma vez que as PDF podem, apesar de suas dificuldades, ter seu cognitivo preservado e desejos como outras pessoas sem necessidades especiais.”MEC/SEESP,2005

Nesses encontros, foram coletadas e registradas informações diversas, através de fotografias e anotações, e de tudo o que a criança fora capaz de realizar utilizando CDs interativos (história narrada, mimocas, Dalle Dão dos números, alfabetização, meio ambiente, historia e arte) no computador.

Foi realizada uma reavaliação do aluno para conclusão da pesquisa por parte da professora, que sempre afirmava que o aluno no ano de 2006 era extremamente agressivo e disperso. De forma subjetiva, pode-se observar que o aluno, foco da pesquisa, apresentava características comportamentais mais dóceis, mais afetividade, e se mostrava mais interessado em realizar as diversas atividades propostas pela professora.

A professora itinerante também ressaltou mudanças na criança, que tinha um comportamento hostil e difícil, para um comportamento mais adequado. “G” tornou-se ainda, na visão da professora itinerante, mais participativo das atividades extra classe, como: campeonato de pipa, música, futebol, apresentação teatral, torcidas, e procurava acompanhar seus colegas em todas atividades comuns dentro de um ambiente escolar.

#### 4. DESENVOLVIMENTO

O aluno G, além de sua patologia (DM), possui outras peculiaridades que poderiam comprometer a aprendizagem não apenas de uma pessoa com deficiência, mas de qualquer criança ou adolescente. G é criado apenas pelo pai, pois sua genitora possui distúrbios psicológicos graves, culminando em surtos psicóticos que inviabiliza a sua convivência em família, obrigando-a a residir em uma clínica psiquiátrica.

Não existe como estabelecer uma relação entre a patologia da mãe e de G, mas o pai acredita que o fato dele possuir parentesco com a esposa (primos), pode ter acarretado a deficiência de G.

O aluno vinha apresentando grande dificuldade de relacionamento com os demais alunos da sala e com a professora. Conforme consignado no relato da professora, anexado ao presente trabalho, G “não permanecia em sala de aula, não realizava as lições, enfim não conseguia cumprir regras”. Alguns alunos não o aceitavam, dizendo que ele deveria estar na APAE.

Para tanto, esse tipo de comportamento por parte dos colegas de sala ocasionava em G um sentimento de isolamento, como afirma: Batista, na prática inclusiva, no entanto, percebe-se que mesmo aqueles alunos que se encontram inseridos no sistema regular de ensino continuam sendo isolados dos seus companheiros de turma não-deficientes (Gresham, 1982; Siperstein, Leffert, & Widaman, 1996, in: BATISTA, 2004, 9(1), p.101-111,).

Quando G sentia que os alunos da sala não eram receptivos para com ele, o dia se tornava difícil, pois queria chamar atenção de “todos” através de seu comportamento, tal conduta poder ser explicado na visão de alguns teóricos da psicologia que afirmam “que estudantes rejeitados socialmente interagem diferentemente, com agressividade, rejeição e ignoram outros alunos, com mais frequência do que com os estudantes aceitos socialmente”. (Kupersmidt, in: BATISTA, 2004, p.101-111,).

O que foi percebido dentro desse ambiente escolar e que a parte pedagógica da sala de aula é regulada por tempos escolares, ignorando as peculiaridade do aluno deficiente e seu tempo e forma aprender, seu potencial de aprendizagem, seu tempo de realização de tarefas e os determinantes de um rendimento melhor do aluno. Assim, o que devemos levar em conta e ser revisto é o tempo institucional e social, definido pela escola, para o tempo do aluno, ou mesmo das atividades, gera um novo ordenamento a ser aprendido e apreendido pelos professores na escola.

A primeira aproximação da pesquisadora com G. foi frustrante, pois ele gritava o tempo todo, não realizou nenhuma das atividades, e dizia que não ia aprender e não sabia escrever. Tal fato tem uma correlação direta com a baixa auto-estima do aluno com relação à escola, uma vez que os próprios colegas de sala disseram que não havia jeito, pois G nunca aprendia.

Baseado na vivência da pesquisadora, optou-se por utilizar o computador como uma ferramenta para potencializar dentro de um ambiente Construcionista, Contextualizado e Significativo – CCS a partir de uma aprendizagem significativa para G, uma vez que todos outros métodos tradicionais não tiveram nenhum resultado positivo, embora testemunhou-se os esforços envidados pela professora.

“construir uma metodologia que usa o computador como instrumento didático-pedagógico, que pode transformar o ensino tradicional em aprendizado contínuo dentro de um ambiente Construcionista, Contextualizado e Significativo - CCS<sup>7</sup> para crianças com necessidades especiais, despertando as suas potencialidades e habilidades”. (Schlünzen, 2000)

As atividades realizadas no computador proporcionaram ao aluno um maior conhecimento relacionado à junção de letras, vocábulos e diálogos oportunizando o início da leitura e da escrita de palavras com significado para G. A principal estratégia adotada pela pesquisadora consistiu no uso de histórias, filmes, músicas, alguns cds e pesquisa na rede mundial, as atividades eram estruturadas com objetivo de promover uma maior independência do aluno partindo sempre de contexto social.

Assim buscamos em Schlünzen (2005), p.196 a seguinte reflexão: de acordo com estudos realizados sobre o uso do computador no ensino, é possível afirmar que a tecnologia pode favorecer o processo educacional. Além disso, para as Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) ela é um recurso que favorece sua vida, pois é utilizada como meio de comunicação, de produção, de construção, de diagnóstico, entre outros.

Também fiz uso de recursos como; tinta, confecção de cartões de aniversário do amigo de sala no computador, montagem de maquete, montagem de

---

<sup>7</sup> **CONSTRUCIONISTA** porque o aluno usa o computador como uma ferramenta para produzir um produto palpável na construção do seu conhecimento e que é de seu interesse (Valente, 1997); **CONTEXTUALIZADO** porque o tema do projeto parte do contexto da criança, desenvolvendo-se a partir da vivência dos alunos, relacionando-o com sua realidade: **SIGNIFICATIVO** por dois motivos: primeiro, no desenvolvimento do projeto, os alunos irão se deparando com os conceitos das disciplinas curriculares e o professor mediará a formalização dos conceitos, para que o aluno consiga dar significado ao que está sendo aprendido: segundo, porque cada aluno atuará conforme as suas habilidades e seu interesse, resolvendo o problema de acordo com aquilo que mais se identifica.

quebras cabeça no computador, giz de cera que poderiam auxiliar no desenvolvimento da percepção, motricidade e raciocínio.

Nos momentos que a sala ficou sob minha responsabilidade, aproveitei a oportunidade para realizar diversas atividades à maioria de forma coletiva e compartilhada por todos os alunos da sala, no caso de G pedi para um aluno que possuía uma certa afinidade para com o garoto em auxiliá-lo nas atividades.

Neste sentido, o trabalho com atividades pode se realizar primeiro no coletivo, para depois ir para o individual, como afirma Vygotsky (1997), que a condição para que as crianças passem por transformações essenciais em sua vida, está na qualidade das interações sociais e não no isolamento. Assim, o aluno deficiente não se sentiria excluído, e sim parte integrante daquele ambiente. Essa seria também uma das formas de propor um ensino inclusivo.

Foi buscando inspiração nesse tipo de ensino inclusivo que é realizado o trabalho no ambiente em trabalha o API citado no início desse texto, e uma outra tentativa de propor esse tipo de abordagem foi com aluno G. da escola regular também citada no início desse texto. Como resultado dessa pesquisa, foi possível verificar para que ocorra de fato a inclusão de pessoas com deficiência e principalmente do deficiente mental a prática deve ser repensada e adequada ao tipo de clientela, pois o que percebemos nas últimas décadas um grande avanço no que tange aos direitos das pessoas com deficiência, mas os que ainda emperra esse processo são as práticas que ainda limitam e impedem que a inclusão ocorra de fato. A professora relata que:

... no início eu tinha muito medo, medo em não saber lidar com ele medo dele mesmo. A impressão que tinha é que ia me atacar, um dia G chegou para e disse: “prô você não vai chorar? Porque todas as outras professoras saíam chorando e ia embora, é que eu faço muita bagunça”, respondeu G. Disse a ele que não ia chorar e não ia embora e que o aluno G não ia fazer bagunça pois era um menino lindo e inteligente, e ele respondeu: não prô não sou bonito! Eles fala que sou “feio” e “burro” e tenho problema na cabeça por isso que não aprendo.

A fala de “G” soou como um desafio para mim, e me deu forças para continuar, instigando a pesquisar mais a patologia, e a continuar o trabalho de acompanhamento. Parte da entrevista com pai do aluno, será transcrita abaixo, pois também dará subsídios à contextualização da vivência de G. Seu pai é de origem humilde, com pouca escolaridade, divide seu tempo entre o trabalho no ferro velho e as atividades domésticas

(lavar, cozinhar, cuidar dos outros dois irmãos de G, limpar, etc) da casa, além das atividades escolares de G, visitas mensais ao médico para pegar os medicamentos da criança e da Igreja Evangélica. Um trecho da fala do pai:

professora minha vontade é que meu filho aprenda ler e escrever pra que ele arrume um serviço agente é de família pobre e tem que trabalhar para sobreviver, tenho fé em Deus que o G. vai ser curado, e a senhora vai ajudar ele a aprender ler e escrever.

Foi elaborado um questionamento ao pai de “G”, para verificar se ele tem uma compreensão adequada acerca da deficiência do filho, qual seja: O senhor sabe que as pessoas que possuem deficiência mental têm maior dificuldade de aprender? Em resposta, o genitor de G disse:

Mas com vontade, tenho certeza de que ele aprende. A senhora tem que passar bastante lição para ele treinar, escrever muito no caderno e ficar na sala”, agora ele está aprendendo computação. Será que não perde tempo lá?”.

O que percebemos nessas falas: a ausência de conhecimento por parte do pai quanto a patologia do filho, a acreditar que pode ser “curado” ao invés de aceitar sua deficiências, possui também uma visão equívoca quanto a educação, pois na sua visão para aprender, teria que saber utilizar lápis, papel, ou seja, uma aprendizagem tradicional. Talvez porque G. não conseguisse utilizar o lápis ou fazer qualquer tipo de registro, o que ocorria de forma contrária no computador, já que conseguia juntar letras pertencentes ao seu nome e outras letras que comporiam outros nomes que faziam parte de seu contexto escolar e familiar. Há de se pensar também, na questão religiosa, pois o pai, evangélico fervoroso, dizia constantemente que “tenho fé em Deus que meu filho vai se curar”.

Não poderia deixar de citar a colaboração da Diretora que me concedeu total liberdade para a realização desse trabalho. Sempre procurou me auxiliar, fornecendo diversos tipos de materiais que versava sobre a patologia, uma sala para trabalho, computador para uso estritamente do trabalho, materiais pedagógicos ( jogos, livros de estória), compra de filme em DVDs, aquisição de alguns softwares educativos, etc. A diretora afirmava que

.... como inclusão dos alunos especiais faz agente pensar na escola como um todo, temos que mudar tudo, repensar em

ações que já estavam estabelecidas em nosso plano de ação”, até mesmo pensar que o giz e lousa não esta dando conta da aprendizagem dos nossos alunos “normais” imagine com aluno deficiente. Veja só, como exemplo como o G. mudou após ter utilizado com ele outro tipo de estratégias de ensino, ele não ficava em sala agora ele já fica e está calmo e mais comportado. Quando você tem que substituir em outra sala ele fica te procurando pelos corredores.

G. hoje é um aluno que teve seu comportamento modificado, o contato com outro já não gera tanto conflito é aceito por todos e também conseguiu internalizar algumas regras de convivência como: pedir licença a professora e aos colegas, pedir desculpas, falar obrigado, pedir permissão ao colega para usar o material, etc. Como afirma Vygotsky(1993 ap. Braga, 1996) a criança deficiente teria seus próprios caminhos para processar o mundo. Para ele, a necessidade especial da criança faz com que ela desenvolva por meio de um processo criativo (físico e psicológico), definindo-o como caminhos isotrópicos. Ou seja, a criança necessidade especial pode encontrar seus caminhos por rotas própria e diferente. (1993 ap. Braga, 1996).

Embora a professora se empenhasse, ela não estava preparada para trabalhar com G, ou seja, com a inclusão do dele, uma vez que o professor deve envidar esforços na revisão de sua metodologia, rever seus procedimentos e reorganizar as informações de maneira que os aluno DM assimilem o conteúdo.

Conseqüentemente, vemos que essa noção sobre o processo pedagógico está ligada a natureza do trabalho do educador. Por isso, compreendemos que esse ponto de vista pedagógico leva a uma nova concepção do trabalho do professor. Ele tem um novo e importante papel, de se transformar em organizador do ambiente social, que é o fator educativo primordial (Vygotsky, 2003).

Da mesma forma, a inclusão que tanto almeja ainda não acontece devido a algumas dificuldades de operacionalização da inclusão. Tome-se como exemplo “a falta de formação e preparo do professor; a necessidade de mudança na prática pedagógica e falta de estrutura física do ambiente” afirma Schlünzen (2005).

Conforme análise apresentada, a formação docente, a revisão de novas práticas e formas de ensino diferenciado são imprescindíveis para que ocorra um processo educacional inclusivo.

## 5. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada partiu de uma inquietação da minha própria prática docente, que me levou a estudar e observar a dificuldade que o professor enfrenta ao incluir um deficiente mental em sala de aula, através de uma abordagem tradicional. Isso não quer dizer que esse tipo de ensino não tenha os seus valores, pois é notório que grande parte dos estudiosos, pesquisadores e renomados professores tiveram como base educacional o ensino tradicional. Desta forma, a história da educação comum e/ou especial tiveram suas raízes “fincadas” no tradicionalismo.

Porém, com o passar do tempo e as transformações ocorridas no âmbito educacional, esse tipo de ensino deixa de contemplar a chegada de uma nova clientela: os alunos com deficiência, que requerem um ensino pautado no direito, igualdade de oportunidade e garantir o atendimento à diversidade. Essa nova mudança requer um tipo de ensino diferenciado, o que não quer dizer que o ensino deve ser ministrado de forma diferente ao aluno deficiente, bem como o planejamento de atividades.

Planejar um tipo de abordagem que vise o pleno desenvolvimento de todos os alunos, independente de serem pessoas com deficiência, é um significativo passo na democratização de uma escola para todos. Nessa escola, o professor desempenha papel fundamental na elaboração do currículo, que deve contemplar ações e temáticas relativas as pessoas com deficiência.

A elaboração desta monografia contou com a seguinte estrutura: o texto de introdução versou sobre os motivos pessoais e profissionais que motivaram o pesquisador a estudar tal temática.

O capítulo I discorreu a fundamentação teórica que balizou os conceitos e aportes teóricos e conceituais da pesquisa, conceituamos a deficiência mental na visão de teóricos renomados, e discorremos sobre o histórico no Brasil e no Mundo. O capítulo II, foram abordados quais os objetivos que delineavam a pesquisa.

No capítulo III, foi apresentado a metodologia e os procedimentos metodológicos, ou seja, como se desenvolveu a pesquisa e no capítulo IV o desenvolvimento do trabalho e no capítulo V a conclusão.

Considerando as investigações realizadas nesta presente pesquisa e a reflexão sobre os resultados alcançados, buscou-se um novo olhar sobre a utilização do

computador como ferramenta no progresso da criança DM. Para alguns tipos de deficiência o recurso tecnológico se torna um grande aliado. No caso de aluno G que não possuía coordenação motora fina o teclado do computador auxiliava na hora do registro.

Do contexto, vislumbramos que as ações envidadas pelo professor devem propiciar a transformação do ambiente, ou seja, da sala de aula ao espaço escolar, criando um espaço significativo de aprendizagem, que possa auxiliar as práticas pedagógicas, e que busque o desenvolvimento emocional, intelectual e social dos alunos, criando as melhores condições de liberdade, e de troca entre professores e alunos, avaliando e socializando os conhecimentos aprendidos.

Acredita-se que este estudo, não se restringe ao que foi apresentado e discutido neste trabalho. No entanto, pode-se contribuir para reflexão de alternativas no desenvolvimento de abordagem diferenciada, que auxilia o desenvolvimento das pessoas com deficiência e na prática do professor.

Uma grande dificuldade encontrada pela pesquisadora na elaboração do trabalho foi o de encontrar bibliografia específica acerca da inclusão do DM em sala de aula, pois os estudos são ainda incipientes, o que demanda a elaboração de idéias, e o diálogo com outros autores, que trabalha uma bibliografia genérica, ou seja, a deficiência como um todo.

A pesquisa realizada não tem a pretensão de esgotar todos assuntos referentes à temática estudada,

Cabe ainda consignar os esforços envidados pela professora e pelo pai de G, pois mesmo não sendo especializados na temática da deficiência mental, desenvolveram atividades, tanto em sala quando na sua casa, para tentar incluir o aluno, inclusive sua iniciação na “igreja”.

Dessa forma, concluiu-se, portanto, que as atividades propostas dentro de uma abordagem diferenciada, que conta com uso do computador e das Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC's, pode potencializar a aprendizagem, bem como a sua inclusão digital.

Que o genitor de “G” mantenha a fé em Deus, e a esperança na escola, uma escola melhor, preparada para a diversidade, e preparada para a inclusão incondicional.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete: **Educando pela diferença para a igualdade**,1997.

ASSUMPÇÃO Jr. Francisco B. Deficiência Mental. In: BASSOLS, Ana M. S. et. al. (Orgs.). **Saúde Mental na Escola: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 65-73.

BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO,Izabel. (Org.). **A Educação de um Selvagem: As experiências pedagógicas de Jean Itard**. São Paulo: Cortez Editora, 2000, p.25-56.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação - necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do ministério público brasileiro**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Educar na Diversidade**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Saberes e Práticas da Inclusão**: Educação Infantil. Introdução. Brasília, 2004.

BEYER, H. O. . A Educação Inclusiva: Ressignificando Conceitos e Práticas da Educação Especial. Revista INCLUSÃO, v. 2, p. 8-12, 2006

BEYER, H. O. Educação Especial: paradigmas e contextos. Porto Alegre: Texto não publicado, 1998.

BUENO, José Geraldo Silveira. A educação do deficiente auditivo no Brasil. In: BRASIL/MEC/SEESP. **Tendências e desafios da educação especial**. Brasília: SEESP, 1994. p 35-49.

DALLABRIDA, A.M (2000). **Revelação diagnóstica da deficiência mental e cotidiano familiar**. Ponto de Vista, v.2 .

DECROLY, O. **Initiation à l'activité intellectuelle et motrice por les jeux educati'fs Paris**. Delactraux et Nestlie, 1978, In: SILVA, Carla Cilene Baptista da. O lugar do brinquedo e do jogo nas escolas especiais de ensino infantil. Tese de doutorado. USP, São Paulo, 2003.

DIAGNOSTIC AND STATISTICAL MANUAL OF MENTAL DISORDERS. **DSM-IV-TR** - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. Disponível em: <<http://www.dsmivtr.org>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

DUTRA, Claudia Pereira: **Atendimento Educacional Especializado; Deficiência Mental**, SEESP/SEED/MEC BRASILIA, cap I, p.14, 2007.

DSM-IV-TR™. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Tradução de Cláudia Dornelles. 4.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERREIRA, M. E. C. **Educação Inclusiva**. Dp&A: Rio de Janeiro, 2003.

GRESHAM, F. M. Misguided mainstreaming: the case for social skills training with handicapped children. *Exceptional Children*, 48, 422-433. IN: BATISTA, Marcus Welby;

MONTOYA, A.O.D. **Piaget e a criança favelada: epistemologia genética, diagnóstico e soluções.** Petrópolis: Vozes, 1996.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de Pessoas com Deficiências: Contribuições para uma reflexão sobre o tema.** Memon/SENAC, 1997

Pedagogias do Século XX Cód. do Produto: 202012  
[MARIA MONTESSORI](#) [JOHN DEWEY](#) [F. FERRER I GUARDIA,](#) [ET AL.](#)

SASSAKI, Romeu Kazumi. Mídia e Deficiência. **Agência de Notícias dos Direitos da Infância e da Fundação Banco do Brasil**, Brasília, 1999.

SCHLÜNZEN, E.T.M; **A tecnologia para inclusão de Pessoas com Necessidade Especiais (PNE)**, p. 195, IN: **Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitiva** / Nize Maria Campos Pellanda, Elisa Tomoe Moriya Schlünzen, Klaus Junior Schlünzen (orgs) – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SCHLÜNZEN, E.T.M. **Mudanças nas Práticas Pedagógicas do Professor: Criando um Ambiente Construcionista Contextualizado e Significativo para Crianças com Necessidades Especiais Físicas.** Tese de Doutorado em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2000.

\_\_\_\_\_. PGM 5 – **escola inclusiva e as novas tecnologias.** Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br> acesso em 10/10/2007.

REVISTA, da **Educação Especial /Secretaria de Educação Especial.** v.1, n.1(out. 2005). - Brasília : Secretaria de Educação Especial, 2005.

TONINI, A . **Escola Inclusiva: o desvelar de um espaço multifacetado.** Edição 2005, Nº26 encontrado no site: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2005/02/a6.htm> acesso em 15/11/2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **MDT: Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertações e Teses.** 5.ed. Santa Maria: UFSM, 2000.

UNESCO: **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994. UNICEF

VALENTE, J.A. (1993). **"Por quê o computador na Educação?"** Em J.A. Valente (org.), Computadores e conhecimento: Repensando a Educação (pp. 24-44). Campinas: Gráfica da UNICAMP.

\_\_\_\_\_, J.A. (1997). **Informática na Educação: Instrucionismo x Construcionismo.** Manuscrito não publicado, Núcleo de Informática Aplicada à Educação -Nied - Universidade Estadual de Campinas.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L.S. Obras Escogidas V . **Fundamentos de defectologia.** Madrid: Visor,

1997.

<http://www.apae.com.br>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas\\_Willis#Vida\\_e\\_obra](http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Willis#Vida_e_obra) acesso 01/11/2007

[http://it.wikipedia.org/wiki/Francesco\\_Torti](http://it.wikipedia.org/wiki/Francesco_Torti) acesso 02/11/2007

[http://en.wikipedia.org/wiki/John\\_Locke](http://en.wikipedia.org/wiki/John_Locke) acesso 02/11/2007

<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2005/02/a6.htm> acesso 08/11/2007

Artmed Editora, DSM-IV-TR - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais,  
[www.jornaldomedico.hpg.ig.com.br/livro\\_diagnostico.htm](http://www.jornaldomedico.hpg.ig.com.br/livro_diagnostico.htm) acesso 08/11/2007